EXPEDIENTE DO



ESTADO DA PARAÍBA

Mensagem nº 022

João Pessoa, 30 de maio

de 2006

PROJETO DE LEI Nº 1.209/06

Senhor Presidente,

É imprescindível ao Estado promover uma educação pública com qualidade, democratizada em seus diferentes aspectos e dimensões, garantindo o acesso das camadas populares ao saber sistematizado, a uma formação humana integral e cidadã, como condição de emancipação política e social.

Os novos caminhos da educação na Paraíba apontam para a formação de um cidadão que atenda às necessidades impulsionadas pelas transformações sócio-culturais de forma expressiva, sob a égide de um novo patamar cultural.

Nesse sentido, encaminho, com satisfação, o anexo Projeto de Lei, que cria e denomina Escolas Estaduais, no Estado da Paraíba, e dá outras providências.

No âmbito das ações que o Governo do Estado está desenvolvendo para o fortalecimento da educação, encontra-se a criação de escolas, ampliando a Rede Estadual de Ensino, e a denominação de escolas indígenas, homenageando personalidades desse grupo social importantes para a formação histórico-cultural do nosso Estado.

Assim, o empenho na formação educacional estendese também à população indígena, já que a Constituição garante a esse grupo étnico o acesso a um ensino diferenciado, específico e intercultural, prevendo o respeito a todas as raças e etnias que constituem o povo brasileiro.

A Sua Excelência o Senhor

DEPUTADO RÔMULO JOSÉ DE GOUVEIA

Presidente da Assembléia Legislativa do Estado da Paraíba João Pessoa - PB



1 p. pt. 00 106

Quais

Quais

Dessa forma, cria-se a Escola Estadual Indígena do Ensino Fundamental Cacique Domingos Barbosa dos Santos, Padrão A-2, na Aldeia Jaraguá, Município de Rio Tinto, e fica denominada de Escola Estadual Indígena do Ensino Fundamental e Médio Pedro Poti a Escola Estadual do Ensino Fundamental José Cassiano Soares, na Aldeia São Francisco, no Município de Baía da Traição

Por oportuno, encaminho o Projeto de Lei em epígrafe, ao passo que solicito a sua análise, bem como a oportuna aprovação plenária.

Certo da atenção de Vossa Excelência, colho o ensejo, para renovar protestos de elevada consideração e apreço.

Atenciosamente,

CÁSSIO CUNHA LIMA

Governador



Poplo de a la 104 Daie

ESTADO DA PARAÍBA

Projeto de Lei nº 1.209/06 João Pessoa, de

de 2006.

Cria e denomina escolas, no Estado da Paraíba, e dá outras providências.

Art. 1º Ficam criadas as seguintes Escolas Estaduais:

I – a Escola Estadual Indígena do Ensino
 Fundamental Cacique Domingos Barbosa dos Santos, Padrão A-2, na
 Aldeia Jaraguá, Município de Rio Tinto;

II – a Escola Normal Estadual Professora Estela Maris

de Moura Câmara, Padrão B-2, no Município de Araruna;

III – a Escola Estadual do Ensino Fundamental e Médio Benedita Targino Maranhão, Padrão B-1, nesta Capital.

Art. 2º Fica denominada de Escola Estadual Indígena do Ensino Fundamental e Médio Pedro Poti a Escola Estadual do Ensino Fundamental José Cassiano Soares, na Aldeia São Francisco, no Município de Baía da Traição, criada pela Lei nº 7.103, de 27 de junho de 2002.

Art. 3º Fica denominada de Escola Estadual de Educação Infantil, Ensino Fundamental e Médio Professor Aníbal Moura a Escola Estadual de Educação Básica Professor Aníbal Moura, no Município de Cabedelo.

Art. 4º Compete à Secretaria de Estado da Educação e Cultura adotar as medidas administrativas necessárias, objetivando o funcionamento das referidas Escolas Estaduais.

publicação.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua



Juniaro 9706

Juniaro 9706

Juniaro 95

ESTADO DA PARAÍBA

PALÁCIO DO GOVERNO DO ESTADO DA

PARAÍBA, em João Pessoa, Proclamação da República. de

de 2006; 118º da

CÁSSIO CUNHA LIMA

Governador

Em /3/19/19/19/06



ESTADO DA PARAÍBA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA CASA DE EPITÁCIO PESSOA

De ducie

SECRETARIA LEGISLATIVA

REGISTRO DA TRAMITAÇÃO PROCESSUAL LESGISLATIVA DAS MATÉRIAS SUJEITAS À APRECIAÇÃO DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO E DEMAIS COMISSÕES PERMANENTES E/OU TEMPORÁRIAS

| Registro no Livro de Plenário Às fls. 25 sob o nº 1.209/06 Em 30 /05 /2006 Local Maia Direto da Div. de Assessoria ao Plenário | Constou no Expediente da Sessão Ordinária do dia 31 / 05/2006 PIDO L MAIO Div. de Assessoria ao Plenário Diretor |
|--|---|
| Reme ido ao Departamento de Assistência e Controle do Processo Legislativo Em, 3 / 0 5 /2006. Dir. ca Divisão de Assessoria ao Plenário | Remetido à Secretaria Legislativa No dia 31.05/2006 Departamento de Assistência e Controle do Processo Legislativo |
| | Publicado no Diário do Poder Legislativo no dia//2006 |
| À Comissão de Constituição, Justiça e Reclação para indicação do Relator | Secretaria Legislativa Secretário |
| Secretaria Legislativa Secretário | Designado como Relator o Deputado FRET ANASTACIO Em <u>P 8/ D G</u> /2006 |
| Assessoramento Legislativo Técnico | Deputado Presidente |
| Em //2006 | Apreciado pela Comissão No dia / /2006 |
| Secretaria Legislativa Secretário | Parecer// Secretaria Legislativa |
| Aprovado em (Upieo) Turno Em /3 / Ob / 2006. | No ato de sua entrada na Assessoria de Plenário a Presente Propositura consta (|

Fincionário

ESTADO DA PARAÍBA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO. Projeto de Lei n. 1.209/2006.

Solfer 1209/06

Cria e denomina escolas, no Estado da Paraíba e dá outras providências.

AUTOR: DO GOVERNO DO ESTADO RELATOR: Dep. Fili Name (1997)

PARECER 1179 06

I – RELATÓRIO

A Comissão de Constituição, Justiça e Redação recebe para análise e parecer o **PROJETO DE LEI Nº 1.209/2006**, de iniciativa do Excelentíssimo Senhor Governador que cria e denomina escolas, no Estado da Paraíba.

Instrução em termos, tramitação na forma regimental. Este é o relatório.



ESTADO DA PARAÍBA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO. Projeto de Lei n. 1.209/2006.



II - VOTO DO RELATOR

A presente propositura visa fortalecimento da educação, encontra-se a criação de escolas, ampliando a Rede Estadual de Ensino, e a denominação de escolas indígenas, homenageando personalidades desse grupo social importantes para a formação histórico-cultural do nosso Estado.

Assim, o empenho na formação educacional estende-se também à população indígena, já que a Constituição garante a esse grupo étnico o acesso a um ensino diferenciado, específico e intercultural, prevendo o respeito a todas as raças e etnias que constituem o povo brasileiro.

Nestas condições, opino pela constitucionalidade do Projeto de Lei Nº 1.209/2006, na sua forma original.

É o voto Sala das Comissões, em 08 de junho de 2006.

Dep. Frei Anustain
Relator



ESTADO DA PARAÍBA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO. Projeto de Lei n. 1,209/2006.

309/106

III - PARECER DA COMISSÃO

A Comissão de Constituição, Justiça e Redação adota e recomenda o parecer do Senhor Relator, pela aprovação do Projeto de Lei n. 1.209/2006.

É o Parecer Sala das Comissões, em 08 de junho de 2006.

DE BOSCO CARNEIRO JÚNIOR

RESIDENTE

DEL ZENOBIO TOSCANO

MEMBRO LIDER.

DEP. FREI ANASPACIO MEMBRO

DEP. ARTHUR CUNHA LIMA

MEMBRO

DEP. VITAL FILHO MEMBRO

Ç (

MEMBRO

DEP. TRÓCOLLI JÚNIOR MEMBRO

Apreciada Pela Comissão

No Dia 081 061 2006

Aprovano o parisción.

Jay unien organsano.

po oin 13,06.2006

franting



ESTADO DA PARAÍBA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA COMISSÃO DE ACOMPANHAMENTO E CONTROLE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA. Projeto de Lei n. 1.209/2006.

Cria e denomina escolas, no Estado da Paraíba e dá outras providências.

AUTOR: DO GOVERNO DO ESTADO

RELATOR: Dep.

PARECER

I - RELATÓRIO

A Comissão de Acompanhamento e Controle da Execução Orçamentária recebe para análise e parecer o **PROJETO DE LEI Nº 1.209/2006**, de iniciativa do Excelentíssimo Senhor Governador que cria e denomina escolas, no Estado da Paraíba.

Instrução em termos, tramitação na forma regimental. Este é o relatório.



ESTADO DA PARAÍBA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA COMISSÃO DE ACOMPANHAMENTO E CONTROLE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA. Projeto de Lei n. 1.209/2006.

II - VOTO DO RELATOR

A presente propositura visa fortalecimento da educação, encontra-se a criação de escolas, ampliando a Rede Estadual de Ensino, e a denominação de escolas indigenas, homenageando personalidades desse grupo social importantes para a formação histórico-cultural do nosso Estado.

Assim, o empenho na formação educacional estende-se também à população indígena, já que a Constituição garante a esse grupo étnico o acesso a um ensino diferenciado, específico e intercultural, prevendo o respeito a todas as raças e etnias que constituem o povo brasileiro.

Nestas condições, após aprovação pela Comissão de Justiça opino pela aprovação orçamentária do Projeto de Lei Nº 1.209/2006, na sua forma original.

É o voto

Sala das Comissões, em 13 de junho de 2006.

Relator



ESTADO DA PARAÍBA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA COMISSÃO DE ACOMPANHAMENTO E CONTROLE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA. Projeto de Lei n. 1.209/2006.

III - PARECER DA COMISSÃO

A Comissão de Acompanhamento e Controle da Execução Orçamentária adota e recomenda o parecer do Senhor Relator, pela aprovação do Projeto de Lei n.

E o Parecer

Sala das Comissões, em 13 de junho da 2006

DEP. LINDOLFO PIRES

PRESIDENTE

DEP ASSISTEMNTANS

MEMARO

DEP. MANCISCA MOTTA

MEMPRO

DEP. FACSTO OLIVEIRA

MEMBRO

DED BRUFERNAYDES

DEP. JOÃO GONÇALVES MEMBRO

DEP. TRÓCOLLI JÚNIOR MEMBRO

APROVANO O PAROCUSA JEM 13.96, 3006. Je prenetapio



"Casa de Epitácio Pessoa"

Oficio nº 102/2006

João Pessoa, 13 de junho de 2006

Senhor Governador,

Participo a Vossa Excelência o Autógrafo do Projeto de Lei nº 1.209/2006 de sua autoria do que "Cria e denomina escolas, no Estado da Paraíba, e dá outras providências".

Atenciosamente,

RÔMULO JOSÉ DE GOUVEIA Presidente

Ao Excelentíssimo Senhor **Dr. CÁSSIO CUNHA LIMA**GOVERNADOR DO ESTADO DA PARAÍBA

"Palácio da Redenção"

Praça João Pessoa, S/N – Centro

João Pessoa/PB



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA

"Casa de Epitácio Pessoa

AUTÓGRAFO Nº 102/2006 PROJETO DE LEI Nº 1.209/2006

> Cria e denomina escolas, no Estado da Paraíba, e dá outras providências.

A ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DECRETA:

Art. 1º Ficam criadas as seguintes Escolas Estaduais:

 I – a Escola Estadual Indígena do Ensino Fundamental Cacique Domingos Barbosa dos Santos, Padrão A-2, na Aldeia Jaraguá, Município de Rio Tinto;

II – a Escola Normal Estadual Professora Estela Maris de Moura Câmara,

Padrão B-2, no Município de Araruna;

- III a Escola Estadual do Ensino Fundamental e Médio Benedita Targino Maranhão, Padrão B-1, nesta Capital.
- Fica denominada de Escola Estadual Indígena do Ensino Art. 2° Fundamental e Médio Pedro Poti a Escola Estadual do Ensino Fundamental José Cassiano Soares, na Aldeia São Francisco, no Município de Baía da Traição, criada pela Lei nº 7.103, de 27 de junho de 2002.
- Art. 3º Fica denominada de Escola Estadual de Educação Infantil, Ensino Fundamental e Médio Professor Aníbal Moura a Escola Estadual de Educação Básica Professor Aníbal Moura, no Município de Cabedelo.
- Art. 4º Compete à Secretaria de Estado da Educação e Cultura adotar as medidas administrativas necessárias, objetivando o funcionamento das referidas Escolas Estaduais

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Paço da Assembléia Legislativa do Estado da Paraíba, "Casa de Epitácio Pessoa", João Pessoa 13 de junho de 2006.

RÔMULO JOSÉ DE GOUVEIA

Presidente